

4.

MODELOS SISTÊMICOS PARA A LITERATURA

4. 1. Historiografia literária no plural

O comentário de S. J. Schmidt, em inícios dos anos 80, de que os historiadores de literatura ignoram solenemente a complexidade que as suas teorias precisavam ter para efetivamente reformular a sua escrita de histórias literárias, serviu de base para os comentários de Claus-Michael Ort acerca do conceito de mudança histórica nos estudos de literatura. Referindo-se explicitamente aos trabalhos de Schmidt, ele, no entanto, destaca o empenho no exame de estratégias alternativas para desenvolver teorias complexas acerca da dimensão diacrônica dos estudos literários numa perspectiva sistêmica (ORT, 1996). A orientação básica destes trabalhos para um pensamento interdisciplinar e para subseqüentes alianças com disciplinas fora do campo literário levantou problemas consideráveis quanto à elaboração de um repertório teórico adequado para uma historiografia da literatura de caráter empírico. Schmidt, enfatizando o caráter sistêmico do fenômeno literário, propõe uma teoria de processos diacrônicos no sistema literário, concebendo a história literária como história de sistemas literários sucessivos em constante processo de transformação, mas salienta igualmente as exigências interdisciplinares para a construção tanto de um modelo sincrônico quanto diacrônico. No nível diacrônico seria necessário conceber um modelo para (re)construir mudanças e no nível sincrônico a concepção para o estudo do fenômeno literário como subsistema de um complexo sistema social. Neste quadro, histórias da literatura se escrevem inevitavelmente no plural.

O modelo da historiografia literária tradicional conheceu uma evolução bastante confortável e pouco questionada enquanto textos considerados literários mantiveram

assegurados um lugar central nessas histórias. Entretanto, com a superação desse modelo, as escritas de história da literatura, ao ultrapassarem os limites da configuração textual, passaram a assegurar ao leitor um lugar igualmente de destaque. Essa situação, como vimos, se modificou. Assim, a partir da década de 70, os debates se intensificaram em torno de novas escritas de história da literatura com base em novas posições teóricas. Esses debates, entretanto, não foram suficientes para produzir efetivamente uma revolução – além de propostas experimentais pontuais – em termos de novas práticas de historiografias literárias com efeitos profundos sobre o ensino. Segundo Harro Müller, ficaram, na maior parte dos casos, ao nível de “ruínas especulativas, porque subestimam-se as dificuldades teóricas desse projeto” (MÜLLER, 1996, p.273). Sem dúvida, esse descompasso entre teoria e prática precisa ser superado para que a historiografia literária ofereça, de fato, um projeto pedagógico plausível e consistente. No âmbito dessa discussão, algumas farpas serão lançadas como advertência para os próximos escritos historiográficos. Harro Müller elaborou uma série de objeções, com o título “Alguns dardos não fariam mal”, acerca da relação entre a teoria da história e a prática da escrita de histórias de literatura (MÜLLER, 1996).

A primeira farpa se dirige contra o desfecho de teorias de história calcadas em posições substancialistas e centralistas fundadas na idéia da existência de pontos arquimédicos para o observador. Tornou-se hoje lugar comum também o questionamento de concepções históricas totalizantes e de posições filosóficas da história que se alicerçavam em modelos históricos monocausais, impondo-se a convicção geral de que essa história totalizante não representa história alguma. A idéia mágica da história, com verdades absolutas e inquestionáveis, tornou-se, de fato, insustentável, devendo, em seu lugar, serem apreciadas teorias da história baseadas em relações e funções, por seu lado,

interagindo com outros campos teóricos, desvinculadas de concepções tradicionais de totalidade e fundadas em modelos lineares. Esse primeiro argumento sustenta igualmente que histórias da literatura sejam elaboradas a partir de uma teoria literária pautada em teorias sistêmicas e teorias de ação comunicativa (p.274).

A segunda objeção acerca de histórias da literatura está relacionada a idéias de continuidade e descontinuidade da história. Essa questão, há algum tempo inserida nos debates da teoria da história, tem oscilado, dependendo da posição dos historiadores, entre a defesa de um modelo de história contínua e descontínua. Para Müller, a história não pode ser absoluta para nenhum dos lados dessa relação, porque o resultado da opção por um dos lados dessa extremidade polar seria uma história totalizante e monocausal, moldada linearmente. Essa opção é percebida quando contextualizada na relação entre sincronia, diacronia e acronia. A história absolutizada pela sincronia revela o velho espírito do tempo historicista; pela diacronia revela a história tradicional, que transforma o fato em evento histórico; e pelo olhar anacrônico, negando o tempo, desaparece a história. Assim, percebe-se que as três orientações tendem à continuidade, contudo, ao absolutizarmos a descontinuidade, as soluções tornam-se metafísicas, místicas, estéticas ou políticas.

Uma possibilidade de avançar em direção a novas propostas de escritas seria, para Müller, esboçar um modelo caracterizado pela relação de repetição e mudança.

A História não é resultado de histórias. Ao efeito totalizante do singular coletivo “história” pode escapar um pensamento relacional, se partir da relação histórias/história. Evitamos, desse modo, tanto o perigo de uma universalização homogeneizante da história quanto o de uma dissolução explosiva de história em histórias. (p.275).

Essa mesma situação relacional coloca-se entre estrutura e evento. Ambos são considerados estáveis e dinâmicos e podem ser percebidos de muitas formas, mas não de formas causais, determinando um dos lados, por exemplo, como eventos que determinam estruturas, e nem tampouco estruturas podem determinar eventos. Esse determinismo seria uma forma de redução nessa relação, logo, o conceito de contingência passa a ser proposto como possibilidade de descrever o não-reduzível, tanto nos contextos de evento, quanto de estrutura. A contingência, nessa relação, estabelece um modelo histórico concebido por uma visão de tempo não-linear que se traduz na relação de momento/duração, evitando, deste modo, modelos comprometidos com interpretações evolutivas, baseadas na idéia de progresso ou declínio a partir da postulação de uma relação simétrica entre passado, presente e futuro.

Uma terceira objeção, sugerindo reformulações teóricas da história, é articulada por Müller, a partir da necessidade de buscar fundamentos em teorias de ação comunicativa, para ele, inspiradas no modelo proposto por Habermas, com a idéia de que a transformação das sociedades anteriormente estratificadas ocorre como efeito da diferenciação funcional na modernidade. Nesse contexto, formam-se sistemas parciais que produzirão novas orientações na condução dos indivíduos socializados. Esses sistemas parciais, elaborados em sociedades funcionais, diferem da vida cotidiana, na medida em que seus métodos são aplicados na prática. Assim, os sistemas parciais, políticos e econômicos baseiam-se em suas orientações específicas, agindo sobre os indivíduos que precisam se integrar nessas sociedades modernas, pois “em sociedades funcionalmente diferenciadas, os indivíduos são simultaneamente doadores e receptores de sentido” (p.276). Urge nesse contexto que todo esse processo, das múltiplas possibilidades que influenciam a vida cotidiana através do repertório normativo de seus sistemas parciais, seja, além de percebido, racionalizado na

prática da vida cotidiana que se apresenta em contínuo processo de diferenciação. Essas possibilidades quando percebidas alteram, muitas vezes, posicionamentos e decisões, pois ocorrem diferenciações em vários setores, incluindo questões expressivas tratadas pela arte e pela literatura como expressão desta. São essas diversas influências que marcam o “início das respectivas histórias internas com as suas continuidades e rupturas” (p.277). Evidentemente esse processo de ruptura está marcado por múltiplas formas de reprodução sistêmicas e semânticas. Dessa forma, podemos dizer que histórias são articuladas e a história da arte é uma, entre outras, que circula na esfera pública produzindo sentido. A literatura igualmente faz parte desse sistema, pois é uma das formas artísticas de expressão e produção de sentido. Portanto, o que Müller sugere nessa proposta é que a história interna da literatura seja revista tanto no contexto da história da arte quanto a partir de suas relações com o cotidiano, entendendo, portanto, que a história da literatura funciona como um desses sistemas parciais produtores de sentido. Assim, torna-se indispensável para a ciência da literatura que se reveja à história da história da literatura.

A idéia de produção e reprodução de sentido, tanto quanto o conceito que cerca a palavra é a quarta objeção feita à escrita de histórias da literatura. Müller percebe a literatura e a história distante de premissas substancialistas em relação aos objetos “história” e “literatura”. Ele entende que a literatura, a partir do conceito de sentido, deva ser compreendida “como campo de tensão entre presença e ausência de sentido”, à medida que a literatura como seqüência de signos verbais se entende descomprometida com reivindicações cognitivas e morais (p.278). Dessa forma, tanto a literatura quanto a história devem deixar de lado a pretensa idéia de posições substancialistas e centralistas. Segundo o autor, essa formulação relacional do conceito de sentido não o percebe como identidade, mas como uma forma de arte, que se aproxima do campo de tensão que oscila entre os

pólos de uma literatura engajada e o esteticismo. Esse argumento serve de alerta para aqueles que, pretensamente, tentem elaborar projetos em que a literatura esteja pulverizada na vida cotidiana e que “desejam a ocupação dos sistemas de orientação pela esfera da vida cotidiana” (p.279), em detrimento do investimento estético.

A quinta objeção prende-se à discussão da hermenêutica no século XX e suas formas de historicidade e finalidade. Sua aproximação com as teorias lingüísticas e suas possíveis suposições, ainda que relacionadas à historicidade, levanta a questão da historicidade enquanto cadeia interminável de significantes, presumindo-se uma relação dialógica também interminável entre intérprete e objeto a ser interpretado. A questão aqui situada é como conduzir esse diálogo, quando se trata de “indivíduos que, como sujeitos divididos, são agentes e funcionários de sentido, equipados com uma capacidade de síntese que lhes permite elaborar novas configurações de elementos a partir de elementos antecedentes herdados” (p.179). A partir dessas formas relacionais, esses indivíduos, contextualizados, continuam produzindo sentido que lhes assegura a condição de agentes e por isso é importante preservar essa relação dialógica, porque é ela que permite a construção interminável de sentido. Quando sabemos que a literatura circula no campo de tensão entre presença e ausência de sentido e que esse se constrói na relação dialógica, torna-se evidente que a teoria da literatura abra-se a essa mesma relação dialógica como um dos sistemas mediadores de sentido. Na ótica dessas propostas, a hermenêutica tradicional, de ordem normativa baseada na interpretação correta dos textos, torna-se alvo de outras farpadas. Müller nos lembra que essa relação dialógica só pode ser representada metaforicamente, já que textos não falam e quando o fazem é através das construções de seus receptores. Nesse contexto, hermeneutas tradicionais são atingidos quando se propõe tratar a relação dialógica numa relação binária de assimetria e simetria. Essa relação, portanto, não se traduz

isoladamente, nem pela simultaneidade de relações simétricas, nem pelas assimétricas, embora esta se oponha à hermenêutica tradicional, o que faz Müller concluir que relações dialógicas sejam percebidas como metafóricas e necessárias a ciência da literatura, mas não como um fim suficiente.

A sexta farpa lançada pelo teórico diz respeito à redução de complexidade, que ocupa um lugar essencial em teorias sistêmicas. Nestas, é através de processos seletivos que se reduz a complexidade como uma forma de manter e ampliar a existência. Esse mesmo processo devia ser estendido à ciência da literatura, pelo mesmo motivo, ou seja, a manutenção da existência. Na prática, a necessidade de redução da complexidade em relação aos objetos literários deriva de sua própria complexidade. Fazendo um paralelo, percebe-se que gêneros literários, estilos de épocas e períodos literários resultam todos desses processos redutores da complexidade, tanto quanto as reduções centradas sobre os textos que precisam deles para permitir a sua interpretação. No entanto, “procedimentos centrados sobre textos precisam, aparentemente, de mais formas diferentes para reduzir complexidades do que a escrita de histórias de literatura” (p.281).

Essa objeção resulta numa divisão entre a historiografia e a interpretação literárias, que para alguns, apresentam objetivos diferentes, o que significa que os procedimentos também precisam ser diferenciados. Essa questão do ponto de vista pragmático voltada para ação pode ser útil, mas, para Müller, a grande questão devia ser em torno da articulação dessas posições divergentes entre a historiografia literária e a interpretação.

Mais uma farpa atinge o conceito de época utilizado como princípio classificatório. Este conceito, caracterizado pela historiografia literária, aponta para histórias globais de caráter homogeneizante que, dessa forma, encontram justificativas plausíveis consideradas “como pedras angulares da argumentação” (p.282). Para os historiadores, esse modelo é

bastante confortável, porque desconhece a heterogeneidade e não relaciona discursos literários com outros possíveis discursos. Os mais avançados, no entanto, se caracterizam por reconhecerem a assincronia da sincronia, referidos por Müller como “os mais refinados”, mas pela maior parte dos modelos historiográficos, essa diversidade é ignorada por questões “políticas de esperteza teórica” (p.282), pois é mais fácil indicar o espírito de época a partir das situações selecionadas e sugeridas por histórias monocausais. Nesse contexto, a historiografia tradicional não colabora para a construção de novos horizontes, privilegiando a identidade em face da diferença. Essa situação revela o quanto a historiografia literária tornou-se dependente do conceito de época como forma de unificação. Mas em oposição a esse modelo funcional, Müller propõe a escrita de histórias da literatura a partir da própria crise que afeta conceitos epocais totalizantes.

A historiografia literária nos anos pós Estética da Recepção tem sido alvo de discussões intermináveis e, como consequência, tem reivindicado além de procedimentos históricos também procedimentos sistemáticos. Servindo como elemento básico para a fundamentação de uma teoria e participando desse processo reivindicatório, destaca-se uma argumentação responsável pela inserção de textos literários em contextos literários, históricos e político-econômicos. Essa possibilidade, de textos literários serem contextualizados em várias esferas, apresenta ilimitadas alternativas para uma historiografia, permitindo articulações múltiplas com contextos distintos. Para Müller, tais argumentações contextuais, embora não sejam necessárias, indicam preocupações pragmáticas. Dessa forma textos literários são percebidos mediante as articulações contextuais, por princípio abertas, que determinam diversas formas possíveis de comunicação, de acordo com os contextos escolhidos. Inseridos em diferentes contextos, textos constroem diferentes sentidos, podendo tornar conhecido o desconhecido. Opondo-se

a essa postura normativa, considerada por Müller como procedimento domesticador do contingente, é importante que essas argumentações sejam descontextualizadas e recontextualizadas para que o familiar e a assegurada sujeição ideológica sejam desvelados, apresentando-se como não-familiar. Esse processo argumentativo, realocando textos literários, é fundamental para compreender as opções das próprias escolhas argumentativas, enquanto histórias da literatura que ignoram esse processo, não justificando suas opções de inclusão e exclusão de seus elementos, tornam-se histórias meramente sistemáticas.

Como novo ponto da reflexão historiográfica é sugerida a revisão do modelo narrativo. Esse modelo que tem orientado geralmente as propostas de uma história da literatura está calcado na poética da verossimilhança, considerado na sua universalidade e pautado no provável. Segundo Müller, a história da literatura não pode ser conduzida apenas pelo modelo narrativo do historicismo, a serviço da evolução diacrônica, precisando, antes, de um procedimento que combine postulados teóricos com metáforas que fornecem elementos estruturais para as diversas narrativas, ainda que o autor advirta que inexistem um ponto arquimédico para “a tensão que oscila entre teorias, fragmentos teóricos e metáforas”, questionando assim a possibilidade de existir uma forma última que ordena o campo discursivo da historiografia literária (p.283). Sem dúvida, ao propor hoje uma determinada escrita, ele não pretende uma unidade mágica discursiva, até porque seria um retrocesso. O que está sendo sugerido é que a ciência da literatura se volte para o seu próprio campo disciplinar, pois as múltiplas possibilidades de construção “permitem relativizar a aparência ideológica dos modelos tradicionais” (p.283). Além do mais, sem querer estetizar a historiografia literária, Müller pleiteia ainda por um estilo espirituoso e lúdico nesta escrita, em vista do campo potencialmente aberto de articulações possíveis. E por último, considerando a historiografia literária um empreendimento político com caráter

intervencionista, ele observa que esta sua marca não deveria ser nem superestimada, nem anulada, mas considerada de forma consciente nas diversas opções historiográficas de literatura. O que antes demanda, também, uma constante atitude de reflexão e crítica, pelo teórico sintetizada em sua sugestão de que “de vez em quando, alguns dardos envenenados não fariam mal”. (p.284).

O mérito das preocupações de Müller encontra-se no esforço de oferecer uma espécie de resumo das múltiplas questões que deveriam acompanhar, hoje, qualquer tentativa de elaborar novas práticas historiográficas à luz das reflexões teóricas que têm mobilizado os teóricos e historiadores nas últimas décadas. Antes de mais nada, em benefício de um ensino atualizado da literatura.

4.2 O projeto da Ciência Empírica da Literatura

Como visto com respeito à proposta da Estética da Recepção, ao problematizar a concepção substancialista do texto literário baseada em supostas qualidades inerentes, ela reforçou antes de mais nada o estatuto de provisoriedade que envolve os diversos fatores implicados no processo recepcional. Neste sentido permitia entender o texto, não em sua individualidade, mas articulado numa rede em que estabelece contatos interativos com o receptor e seu contexto, no caso circunscrito ao horizonte de expectativa estético. A relação texto/leitor passou a ser aprofundada em função do caráter processual da leitura, vista, então, como nova unidade constitutiva fundante em substituição ao texto literário particular.

O surgimento de propostas alternativas, entre elas a ciência da literatura empírica, destaca-se neste quadro na análise de Olinto, pela passagem da ênfase da linguagem como sistema semiótico para uma concepção da linguagem como ação social, e se reflete numa

teoria literária, antes de tudo, em seu próprio conceito de literatura. (OLINTO, 1995). Literatura vista como esfera de ação social específica incorporada ao sistema social cultural que forma, junto com outros, tais como ciência, política e economia, um sistema social global. No centro deste modelo teórico não se encontra, como visto, o texto literário como entidade autônoma, mas as diversas dimensões do sistema literário, ou seja, a produção, mediação, recepção e análise crítica do fenômeno literário fazendo parte deste sistema. A moldura teórica que permite descrever a ação comunicativa literária situa-se, portanto, no contexto de uma teoria de ação. Textos não são literários em si, mas antes, são produzidos, lidos e criticados como literários pelos agentes no campo multidimensional do fenômeno literário. Para Schmidt, a contingência histórica da categoria “literatura” – que ele prefere substituir por “vida literária” – assim entendida como síndrome de *texto-ação-comunicação-contexto*, permite apenas teorias empíricas para descrever processos literários. Nesta ótica torna-se irrelevante, também, a eterna pergunta “o que é literatura?”, sendo ela rearticulada numa definição em torno de questões, tais como: “que tipo de texto é considerado literário, por quem, quando e por quê?” (SCHMIDT, 1984, p.308).

Uma seleção de possíveis variáveis que poderiam compor este objeto indeterminado, situado, portanto, numa dimensão pragmática e sistêmica, é oferecida por Gebhard Rusch, no ensaio “Teoria da história, historiografia e diacronologia”, em que desfralda um campo de investigação extremamente complexo (RUSCH, 1996, p. 163-46). Dele fazem parte textos de diversos tipos (poemas, ensaios, romances, dramas, etc.), produzidos por diversos meios de comunicação (por exemplo, manuscritos, artigos de revista, livros, peças de teatro, filmes de cinema, TV e vídeo, peças radiofônicas, conferências ou literaturas radiofônicas, etc.), os mais diversos instrumentos de produção, organizações, instituições e empresas, autores, leitores, produtores, editores, redatores,

superintendentes, diretores, críticos, agentes, comerciantes, leitores/espectadores/ouvintes (compradores, consumidores) e, finalmente, todas as ações específicas de produção, divulgação, recepção e processamento, interações e comunicações múltiplas. Uma pergunta sobre as articulações dos componentes deste campo revela variadas influências, interações e dependências, por exemplo, políticas, econômicas, dependências de mercado, de técnicas de produção distribuição, que evidenciam a rede interna dos fenômenos literários, mas também as múltiplas formas de relações com esferas extraliterárias (por exemplo, o sistema político e jurídico, o sistema educacional e científico, as manifestações artísticas não-literárias, as condições de vida particulares de pessoas que participam direta ou indiretamente da empresa literária). Questões relacionadas com as motivações e forças que iniciam, mantêm, organizam e modificam processos literários, que produzem textos literários e os transformam em objetos desejáveis, oferecem perspectivas sobre as necessidades culturais, sociais, materiais e ideais, sobre a esfera das motivações gerais e específicas, dos critérios de valor, interesses, objetivos, sobre o reconhecimento social e a identidade pessoal, sobre qualidades hedonistas e emotivas relacionadas com processos literários.

Se, para alguns, essa hipercomplexidade dos processos culturais e, em especial, do fenômeno literário, pode ter o efeito de desalento e frustração, arrastando para distâncias longínquas e utópicas a meta de representar essa esfera por modelos teóricos, para Rusch, ao contrário, ela se dá como desafio autêntico e interessante, sobretudo considerando que esta tentativa nunca tinha sido feita.

Em todo caso, escrever histórias da literatura a partir da pluralidade e do reconhecimento de tantos processos heterogêneos parece não intimidar os historiadores, ainda que na opinião de Schmidt, poucas disciplinas possam tão tênue relacionamento

entre si como a teorização da história literária e a prática da escrita historiográfica da literatura (SCHMIDT,1996, p.101). Mas Schmidt está convencido de que o momento seja oportuno para uma reflexão renovada sobre novas possibilidades de escritas de histórias literárias que se abrem nestes horizontes ampliados, levando ainda em consideração o caráter construtivo de todas as suas eventuais configurações. Neste sentido o seu próprio projeto, discutido no ensaio “Sobre a escrita de histórias da literatura”, é pautado por uma retrospectiva dos problemas básicos da história da literatura, pelo exame desses problemas a partir do estudo empírico da literatura, pela descrição das linhas convergentes dessa discussão e, por fim, o teórico apresenta propostas novas para a escrita de histórias literárias no quadro de pressupostos de uma ciência empírica da literatura comprometida com pressupostos construtivistas.

O seu ensaio inicia-se com a indagação quanto à simultânea necessidade e impossibilidade de hoje se escrever histórias da literatura, uma vez que considera muito tênue a relação entre discussões teóricas inovadoras – baseadas em problemas filosóficos fundamentais, mas em grande parte desconhecidos na prática historiográfica – e as escritas efetivamente concretizadas.

Diante desta situação Schmidt se preocupa, antes de mais nada, em sistematizar alguns problemas da historiografia literária de ordem epistemológica, para o teórico indispensável para sustentar a sua própria proposta historiográfica: “Trata-se da construtividade global de nossa episteme que causa a dependência de todas as nossas orientações, operações e combinações cognitivas em relação a teorias” (SCHMIDT, 1996, p.102).

A justificativa para alicerçar esse debate em bases construtivistas é vinculada por ele à possibilidade

de oferecer modelos de descrição e explicação dos motivos psicobiológicos para a dependência do sujeito, a historicidade e construtividades de todos os nossos processos cognitivos, desde a percepção até as fantasias criativas. (SCHMIDT, 1996, p.103).

No quadro desses pressupostos ele aponta vários aspectos e significados da construtividade de histórias da literatura, tanto de ordem epistemológica quanto metodológica.

A primeira questão levantada refere-se à dependência dessas histórias da definição dos próprios conceitos de “literatura”, “história”, “história da literatura”, “teoria” e “método”. Deduz-se desse primeiro problema que toda investigação histórico-literária apóia-se em conceitos definidos de modo distinto, resultando os processos cognitivos, portanto, em tipos de histórias e modelos literários diversos. Um olhar sobre orientações diversas revela, por exemplo, a existência de definições muito distintas de literatura, seja referida a uma série de obras atemporais, seja a processos de comunicação literária, seja a um sistema de ações sociais enfocando fenômenos literários, cada uma delas produz tipos de histórias literárias bastante diferentes. O mesmo ocorre em relação a uma definição da história, seja como cadeia de acontecimentos que obedecem a certas tendências evolutivas, seja como processo de diferenciação evolutiva dos sistemas e subsistemas (entre estes, a literatura) sociais, seja como campo de histórias parciais e contingentes, sem quaisquer leis abrangentes. Os exemplos arrolados revelam, portanto, a dependência de escritas de histórias literárias de molduras anteriormente escolhidas e privilegiadas.

Uma outra observação diz respeito à conscientização por parte dos historiadores de que dados objetivos, antes considerados verdadeiros, não fazem mais parte de um consenso geral. Neste sentido, Schmidt se refere a J.G.Droysen, segundo o qual “a certeza dos fatos é

sempre precária” (SCHMIDT, 1996, p.104). Assim, conseqüentemente, historiadores literários também se conscientizaram de que textos literários, que formam histórias literárias, são apenas interpretados e avaliados a partir de suas escolhas teóricas, formando construções cognitivas.

Em sua lista de problemas figura como um dos mais embaraçosos da escrita de histórias literárias, a coerência da produção das relações e das transições dos dados concatenados em períodos, épocas e gêneros. Este questionamento tornou-se mais problemático porque historiadores da literatura perceberam que a elaboração de uma unidade coerente e mais concisa depende dos próprios conceitos de literatura e história usados para esse fim. Essa dependência da escrita de histórias literárias, em relação aos conceitos, molda os discursos dos historiadores que relacionam estruturas cognitivas com acontecimentos históricos. Essa discussão da coerência aponta claramente para a necessidade de os historiadores definirem literatura e história, tornando mais plausíveis os dados concatenados. U. Japp, citado por Schmidt, define, assim, a história como “uma construção retrospectiva”, afirmando que não existe a história, mas apenas histórias interpretadas (p.105). Essas questões levantadas nos convencem que os sentidos das histórias literárias se encontram nas formas das relações e transições estabelecidas para a concatenação de textos literários. O que pode ser justificado, por exemplo, pela necessidade evolutiva de “coordenar as atividades sociais de complexidade crescente” (p.105). Os problemas básicos a serem enfrentados podem ser, então, formulados assim: como os textos literários serão relacionados na construção dos períodos ou épocas?; serão as histórias literárias elaboradas a partir dos autores ou dos gêneros?; como serão avaliadas as implicações políticas, ideológicas e poéticas dessas histórias?

O repertório apresentado por Schmidt – neste aspecto – merece uma citação integral, porque retoma com mais precisão questões paralelas discutidas nos discursos acerca do conceito de história, que pressupõe processos evolutivos elaborados no campo disciplinar da história e, transferidos para a história da literatura, implicam as seguintes perguntas:

- Como os textos literários (ou eventos literários) podem ser relacionados (encadeados, segmentados, ligados, inter-relacionados, etc.) para a construção de estruturas tais como períodos ou épocas ou assim chamadas totalidades comparáveis? As histórias literárias deverão ser orientadas sobre textos literários ou sobre autores, tópicos, gêneros, aspectos geográficos, conceitos da história das idéias, etc.?
- Quais os motivos para *mudança* em literatura: Somos capazes de encontrar princípios teleológicos ou teleonômicos, ou mesmo leis de evolução? Ou essa mudança é ocasionada por influência e continuidade? É causada por contigüidade e inovação ou, bem diversamente, por descontinuidade e rupturas?
- O que deveria ou o que pode ser a dimensão da história literária: literatura regional, nacional ou internacional?
- Como podemos avaliar as *implicações* políticas, ideológicas, poéticas e metodológicas que regulamentam a escrita de uma história da literatura?
- Quais as relações que deveriam ser consideradas a respeito das histórias literárias: relações de coerência do evento; relações comunicacionais complexas; relações não-propositadas (ou não-intencionais) que são baseadas em processos históricos superpostos ou relações de densidade temporal diferente? (SCHMIDT, 1996, p.105).

Em sua itenização, Schmidt aborda as mais variadas questões, exemplificando-as com referência a propostas de distintos autores. Entre estes, J. D. Müller sugere a construtividade, pois, segundo afirma, “a história da literatura é uma construção do historiador e não um relato do que aconteceu”, e diante dessa possibilidade os textos são escolhidos e arrumados em seqüências temporais (p.106). Trata-se, por outro lado, de uma

proposta considerada arbitrária por H. Müller. Os argumentos mostram que os problemas levantados, até então epistemológicos, podem se tornar também metodológicos.

O tipo de representação utilizado na historiografia é mais uma questão de ordem metodológica apontada, pois historiadores literários têm como opção de escolha a narração, a colagem e as técnicas literárias de vanguarda. A narração, por exemplo, pressupõe que os dados concatenados sejam ordenados esteticamente, embora essa unidade, dependa do modelo da construtividade do historiador e não da própria história. Por outro lado, o modelo de colagem, propõe histórias descontínuas, podendo revelar a sua natureza local ou regional. Logo, são tipos diferentes de representação histórica e precisam ser justificadas para que o historiador possa enfrentar a acusação de arbitrariedade e relativismo.

Questões metodológicas semelhantes estão envolvidas na busca de *padrões científicos*, o que constitui mais um problema da escrita de histórias literárias. Schmidt se refere a críticas de R. Wellek, que duvidava de a historiografia literária ser uma disciplina científica, questionando seus modelos de escrever histórias literárias. Ele criticava especialmente o modelo evolutivo, o modelo de causalidade na história e a possibilidade de unidade no discurso historiográfico literário, visto por ele, como junção de discursos variados. No entanto, para Schmidt, os questionamentos de Wellek são “apenas relevantes” (p.107) diante de histórias da literatura substanciais, pois sua relevância perderá força quando compreendermos a natureza construtivista das histórias literárias e a dependência dessas histórias por seus historiadores, seus interesses, motivações e meios cognitivos. A busca científica de uma história literária não se encontra na objetividade de seus resultados em relação ao passado. Ela se fundamenta na experiência acessível a outros, nos métodos de suas pesquisas, nas teorias usadas e no modo empírico com que seus dados são investigados e aceitos intersubjetivamente. Dessa forma, o processo do conhecimento de

sistemas vivos situa-se no presente, pois para o historiador alemão R. Kosellek, “a experiência é o passado presente cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados” (SCHMIDT,1996, p.108).

Outro problema indicado por Schmidt refere-se à idéia de *mediação* entre literatura e sociedade. Uma questão que se discute desde o início do século passado e que agora, a partir das chamadas histórias da literatura sociais ou funcionais, volta a ser motivo de controvérsias. A possibilidade da evolução da sociedade estar relacionada à evolução da literatura permanece como uma espécie de fantasma para as histórias literárias, embora, nos últimos anos, diversos modelos de mediação tenham sido desenvolvidos. No entanto, tais modelos são freqüentemente classificados de “essencialistas”, pois “ainda tentam derivar estruturas ou tópicos literários de fatos sociais” (p.109). Neste debate, Schmidt apóia a proposta do conceito de mudança literária como uma mudança social sistêmica. Nessa mudança de conceito está implícito um processo interativo multifacetado em três dimensões distintas, mas articuladas: uma dimensão microssociológica, uma mesossociológica e uma macrossociológica. Para Schmidt, esta proposta de C. M. Ort (1985) aproxima-se do modelo construtivista, pois compreende a complexidade de relações entre a história literária e os demais sistemas e ainda acena com a possibilidade de uma mudança teórica paradigmática.

A questão da mediação abre-se a um outro problema diretamente ligado à interpretação de conceitos como “texto”, “sujeito” e “sentido”. Textos literários, por exemplo, são considerados pelas histórias sociais e funcionais, como totalidades orgânicas e unidades históricas que permitem uma produção de sentido. Assim, com esse modelo, parece ser garantida e afiançada a identidade pelo sujeito. Contudo, também esses conceitos têm sido questionados e em particular o de “sujeito”. A sua descentralização foi estendida

pela semântica construtivista aos conceitos de “texto” e “sentido”, emergindo em função disso outros modelos de produção de sentido. Para Schmidt, parece irrelevante a escolha definitiva de um em detrimento de outro, uma vez que todos possibilitam a construção de conexões, coerência, evoluções e transições.

A estreita relação da história literária com a política e a sociedade tornou-se mais um motivo para que daquela seja demandada uma forma de legitimação própria. Sem dúvida que interesses políticos estejam subjacentes às histórias literárias, mas estão com frequência camuflados por intenções educacionais, culturais ou estéticas. Por essas razões, para J.D. Müller se a história literária descreve formas variáveis de comunicação literária, ela necessariamente devia “esclarecer a teoria literária atual e a interpretação literária sobre as condições históricas e as origens de seus critérios, cânones e valores” (p.111).

O último problema da escrita de histórias de literatura arrolado na listagem de Schmidt diz respeito ao papel da interpretação. Alguns historiadores de histórias literárias compartilham a idéia de que suas histórias devam interpretar. Um dos modelos de história literária propõe, neste sentido, que conjuntos de textos não homogêneos sejam interpretados, tornando evidente para Schmidt que historiadores de literatura estejam

convencidos de que devem interpretar textos literários, especialmente quando pretendem provar que os itens literários como estilo, forma, conteúdo, material literário, etc. são derivativos de situações sociais, respostas a questões sociais ou coisa parecida. Qualquer tomada de partido a favor de uma das posições depende, nitidamente, de definições prévias (ou conceitos implícitos) de texto e interpretação e de modelos relativos a inter-relações entre literatura e sociedade. (p.112).

Todas essas questões levantadas tornam plausível que historiadores justifiquem de forma convincente suas interpretações e as formas de articulação dos resultados dos textos interpretados com as intenções globais de suas histórias literárias.

Os problemas da escrita de histórias da literatura até aqui encaminhados tornam evidente a sua complexidade e sua dependência de determinados modelos epistemológicos. O modelo proposto pela Ciência Empírico da Literatura, por exemplo, reconhece “a construtividade de todas as operações cognitivas e a sua dependência do sujeito”, o que implica, também, que os conceitos de “literatura”, “estudo da literatura”, “teoria” e “método” precisem estar bem definidos, pois somente a partir dessas definições precisas podemos compreender as análises e reconhecer as intenções e conseqüências de determinado modelo historiográfico construído. Exemplificado no modelo proposto por Schmidt, este define literatura

como um sistema social de ações que focalizam fenômenos que, por sujeitos atuantes, são considerados literários de acordo com suas normas e expectativas (as chamadas ações literárias). Os sujeitos estão agindo em papéis que, nos sistemas literários modernos, têm sido institucionalizados. Os papéis fundamentais, nos sistemas literários modernos, são os de produção, distribuição, recepção e pós-processamento de textos literários. As concatenações de ações literárias são denominadas processos literários. O conjunto dos processos literários em uma sociedade forma o sistema literário (p.113).

Com base nessa definição, percebemos um sujeito atuante na construção dos processos literários cuja soma forma o sistema literário. Nesta ótica, a natureza atemporal de textos literários perde o seu valor, pois os textos são articulados por um sujeito-construtor e por suas condições socioculturais de ação. Nesse contexto, os significados e a literariedade não estão imanentes ao texto, mas são construções elaboradas e percebidas por

um sujeito em seu domínio cognitivo e só podem ser compreendidos ou definidos em relação a todo o sistema. Essa relação torna-se mais coerente, quando entendemos que o sistema literário faz parte de um sistema maior da sociedade.

A Ciência Empírica da Literatura mantém sua coerência ao reconhecer igualmente a historicidade da “literatura” e ao ampliar esse reconhecimento às representações literárias produzidas no passado, mas admitindo, no entanto, que experiências estéticas são construídas no presente. Em outras palavras, para Schmidt é possível compreender a historicidade dos textos, embora essa compreensão seja construída sob a influência do domínio cognitivo no presente. Assim, o projeto proposto reconhece também a construtividade do próprio historiador.

A idéia da dependência do sujeito na Ciência Empírica da Literatura ganha relevância ainda na distinção entre texto e comunicado, pois dados pressupõem teorias e métodos que tornam essa distinção um problema específico. O projeto empírico da literatura entende o “texto” como objeto verbal acústico e escrito e o “comunicado” como realizado por operações cognitivas do sujeito durante a percepção e compreensão de um texto. Dessa forma, deduz-se que sentido, significado, relevância e valor são construções dos sujeitos, e é evidente que tais construções são realizadas por um sujeito socializado e situado a partir de estereótipos sociais que colaboram na construção da comunicação. Nesse contexto, ressurge de forma enfática a posição do sujeito-construtor – aquele que constrói o comunicado – e conseqüentemente põe fim ao modelo de comunicação em que o sentido era assegurado pelo texto como mensagem determinada.

O projeto de Schmidt, ao pensar os processos sociais, os compreende em relação aos conceitos de “sujeito” e “sentido”. A Ciência Empírica da Literatura define sujeito “como uma instância empírica de construção de sentido” (p.115) e o considera socializado com

outros sujeitos, que utilizam convenções e estereótipos sociais semelhantes, formando um domínio consensual. Assim, essa proposta considera as operações cognitivas como a base dos sistemas sociais, logo não ignora as influências sociais nos indivíduos ao acentuar constantemente a dependência do sujeito em relação ao modelo epistemológico privilegiado por ele na escrita da história da literatura. Os próprios historiadores literários podem ser considerados constructos e dependentes de teorias e métodos que podem ser aplicados e avaliados em relação aos seus interesses e aos dos grupos sociais e profissionais a que pertencem. Nesta ótica, o critério para a aceitação ou rejeição de histórias de literatura não devia ser “objetividade” ou “verdade”, mas antes “plausibilidade, aceitabilidade intersubjetiva ou interesses relacionados com os grupos sociais que aceitam histórias literárias como leitura válida” (p.116). Portanto, os historiadores não lidam com matérias objetivas, mas com matérias interpretadas em contextos presentes, em que importa o lugar de onde nos fala o historiador. Esse modelo deixa claro que histórias devem ser escritas no plural, pois não há um critério seguro e objetivo para histórias literárias, porque se trata de diferentes histórias, marcadas por diferentes interesses, e métodos dos historiadores. A propósito da plausibilidade e da aceitabilidade de modelos de historiografia, Gebhard Rusch argumenta “que histórias não podem ser verificadas pela sua correspondência aos fatos históricos”(p.117). Para ele, portanto, a relevância se localiza não só na correspondência de um modelo consensual de história e historiografia, mas também nos conceitos ideológicos, políticos e éticos envolvidos na construção historiográfica.

Um outro aspecto tratado pelos estudos empíricos da literatura diz respeito à mediação entre literatura e sociedade. Ao definir a literatura como um sistema social de ações, que formam um sistema literário, o acento não se coloca sobre textos literários, mas sobre ações literárias definidas como atividades sociais, tais como produção, distribuição

ou recepção de textos literários. No contexto desses argumentos, histórias literárias não deviam ser elaboradas a partir de textos autônomos, mas como histórias de ações orientadas por textos literários.

A questão da legitimação, mais um dos problemas apontados em construções historiográficas da literatura, é usada por Schmidt para pôr fim à questão do relativismo, porque o olhar construtivista entende que qualquer argumento de legitimação esteja diretamente ligado aos conceitos subjacentes de literatura, ciência e história. Enquanto a literatura, para a Ciência Empírica da Literatura, é definida como um sistema de atividades que focalizam os fenômenos literários, a ciência é concebida “como a aquisição verbalizada, orientada teoricamente, explícita e sistemática de experiências empíricas intersubjetivas” (p.118-119), e a história, como antes apontado, “como uma construção cognitiva de sujeitos presentes, servindo ao propósito de organizar sua recordação de forma narrativa” (p.119). Portanto, para a escrita de histórias literárias, argumentos que a justificam dependem, do ponto de vista construtivista, da combinação da definição de conceitos de literatura, ciência e história.

Hoje existem diversas convergências em modelos historiográficos literários, entre as quais, destaca-se o pressuposto de que histórias literárias são construções e não reconstruções. Esse argumento, além da grande importância a ele atribuído, é praticamente consensual entre os historiadores, que consideram a sua tarefa como construção, o que nos leva a pensar que existam “histórias literárias, mas não a história literária” (p.119). Um segundo argumento pressupõe a historicidade das histórias literárias, que implica a exclusão de pressupostos teleológicos da história e põe fim à idéia de obras de arte serem atemporais. Além do mais, histórias literárias não deviam ser modeladas pelo determinismo de suas

relações causais, mas a partir de uma concatenação plausível, definida por determinado modelo teórico.

Uma última questão convergente, apontada por Schmidt como consensual entre os historiadores literários, diz respeito à constatação de que problemas sociológicos de se escrever histórias literárias ainda não estejam resolvidos satisfatoriamente, porque muitas vezes, histórias literárias se entendem como histórias sociais, pelo simples fato de enumerarem fatos sócio-históricos, considerados importantes em certo período e os transplantarem diretamente para o campo da literatura. Portanto, o problema da mediação entre literatura e sociedade continua em aberto à espera de soluções plausíveis e interessantes.

O ensaio de Schmidt termina com um catálogo de sugestões para os futuros historiógrafos literários, e embora consciente de que suas propostas estejam distantes de resolver os problemas de escrita de histórias de literatura, mostram certo otimismo em relação aos efeitos das novas teorizações em termos de uma revitalização das práticas historiográficas. Trata-se, na verdade, de um resumo das questões anteriormente levantadas, com ênfase sobre pressupostos privilegiados numa perspectiva construtivista e sistêmica.

A primeira sugestão diz respeito à “construtividade” de histórias literárias, reconhecida explicitamente em vários itens do programa da Ciência Empírica da Literatura, e às motivações por necessidades sociais concretas.

O segundo item sugerido enfatiza mais uma vez a concepção de literatura como um sistema social que organiza os processos literários em ações, como produção, distribuição, recepção e pós-processamento de textos literários. O conjunto desses processos resultaria em uma história da literatura fundamentada sobre “síndromes agentes-texto-contexto”, e não sobre textos individuais (p.121-122). A teoria da literatura empírica entende os agentes

envolvidos nesse processo como indivíduos socializados que participam dele de acordo com determinadas necessidades, competências, motivações e interesses, historicamente variáveis. Agentes funcionam por meios de papéis sociais, participando de vários sistemas sociais, tais como política, arte e economia. Nessa visão, o subsistema literário está integrado, portanto, em um sistema social maior, mais abrangente e, por seu lado, interligado a outros subsistemas sociais, o que explica mais uma vez por que histórias literárias não podem ser orientadas por obras de arte literárias autônomas, mas pelo conjunto de sistemas de ações sociais. Uma das vantagens deste modelo encontra-se, para Schmidt, na sua substituição do modelo independente por uma concepção de domínios interdependentes e integrados em teorias holísticas.

A terceira vantagem apontada é vinculada à construção de modelos de sistemas literários que não dependem da expectativa de se contar uma história coerente, o que significa a aceitação de alternativas em relação a histórias narrativas tradicionais. Em todo caso, em suas experimentações, os historiógrafos deviam ter, segundo Schmidt, o “espírito empírico”, isto é, deviam fazer o máximo de esforço no sentido de elevar o nível de intersubjetividade, de coerência argumentativa e de apoio “concreto” em suas construções, o que significa um trabalho com graus diferentes de empiricidade na pesquisa histórica, especialmente quanto ao estatuto dos textos literários como fonte de material. (p.124).

Uma das últimas sugestões refere-se ao emprego de uma teoria da comunicação, propondo-se à investigação de todos os meios de comunicação em vista do seu caráter de dispositivos intersubjetivos cristalizando convenções que são internalizadas pelos indivíduos durante os respectivos processos de socialização. A mídia, neste sentido, define não só o público de uma sociedade, mas também “as condições de produção e recepção para agentes em sociedade e seleciona, assim, indivíduos ou grupos sociais (isto é, elites)

competentes para usufruir ativamente de um meio” (p.121). Trata-se, portanto de uma sugestão que requer uma história da literatura capaz de integrar outros sistemas midiáticos, o que permite a rediscussão do formato e da configuração de uma história da literatura. Esta sugestão me parece especialmente urgente em vista de uma renovação do Ensino Médio, porque permite estabelecer relações concretas com experiências vitais dos jovens nas sociedades contemporâneas, fortemente vinculadas com o desenvolvimento e o aproveitamento das novas mídias de forte apelo para estes estudantes do Ensino Médio. É neste contexto que Schmidt situa ainda a questão da aplicação do conhecimento produzido por historiadores literários atuais, para ele motivo de profunda reflexão, pois esse conhecimento produzido devia reproduzir-se além dos domínios da esfera acadêmica e ter ressonância igualmente na esfera do ensino escolar, porque na sua avaliação a pedagogia escolar se caracteriza fortemente pela manutenção de identidades sociais. A aplicação de novos conhecimentos descobertos devia ser discutida abertamente, inclusive na esfera política, responsável pela administração do ensino e a produção do material escolar. Portanto, Schmidt conclui que o processo científico de uma disciplina, torna-se completo e, de fato plausível, quando é aplicado na própria esfera disciplinar e no contato com outras esferas sociais.

Tendo chegado a minha discussão a este ponto, percebo que se trata apenas de um ponto de partida para uma discussão no plano da Educação Escolar – no caso representado pela literatura – que está apenas começando a engatinhar no Ensino Médio. Se a minha dissertação pode transformar-se em elo para o encaminhamento dessa discussão e para o convite à participação neste projeto, terá cumprido uma parte dos objetivos que me levaram à sua realização.